



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0005867-08.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto**  
 Requerente: **Mateus Aurélio Fernandes**  
 Requerido: **Bv Financeira Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Ao que tudo indica, o i. procurador da parte autora não se atentou à questão posta nos autos.

Em síntese, embora a ação tenha sido julgada improcedente em primeira instância, o v. acórdão deu provimento em parte ao pedido ao recurso autoral para condenar a ré ao pagamento de quantia certa, com juros e correção monetária nele especificados.

Não se trata, pois, de se proceder à revisão das parcelas do contrato, semelhante ao que se sucedeu em outros tantos feitos em que a devolução do indébito deveria se dar com a correção a partir de cada desembolso.

Nesse aspecto, o entendimento, bem como os cálculos apresentados pelo autor (não se trata mais da aplicação de simples regra de três), fogem aos parâmetros fixados na coisa material julgada e que, por isso, ficam rechaçados em detrimento do depósito efetuado pela ré para o cumprimento da condenação.

Isto posto, acolho a impugnação apresentada pela ré e **julgo extinto** o feito, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil e autorizo o levantamento do depósito de fl. 101, **em favor da ré**.

Expeça-se o mandado de levantamento e, oportunamente, destruam-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 21 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**